



CÓD: OP-1410T-21
7908403513598

SOUSA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
ESTADO DA PARAÍBA – PB**

Professor – Educação Básica

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

Língua Portuguesa

1. Interpretação de textos (verbais e não verbais), pontuação, variação linguística..... 01
2. Classes de palavras e seu funcionamento textual-discursivo em diferentes gêneros textuais, coesão e coerência textuais (referenciação; relações semânticas estabelecidas por meio dos conectores), análise da macro e da micro-estrutura de textos de gêneros diversos..... 18
3. Sintaxe relacional (funções sintáticas, concordância, colocação pronominal/uso dos pronomes relativos, regência - incluindo uso do sinal de crase;), mecanismos de articulação oracional (coordenação e subordinação); 25
4. Aspectos semânticos (pressuposição, implícitos, modalização, ambiguidade, sinonímia e antonímia; 29

Conhecimentos Pedagógicos

1. Educação e sociedade 01
2. Gestão escolar. 05
3. Educação Inclusiva 13
4. O papel da Didática na formação do professor 27
5. Planejamento escolar 37
6. Objetivos e conteúdos de ensino. Métodos de ensino 44
7. O compromisso social e ético dos professores. 44
8. Interdisciplinaridade. 46
9. Formação continuada 48
10. Legislação da Educação (Emenda Constitucional 53/2006 – FUNDEB 48
11. Plano Nacional de Educação 50
12. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 63
13. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 100

Conhecimentos Específicos Professor – Educação Básica

1. Projeto Político Pedagógico. 01
 2. Planejamento do ensino e da aprendizagem. 03
 3. Avaliação da aprendizagem. 03
 4. Currículo. 11
 5. Educação Inclusiva. 16
 6. Tendências Pedagógicas. 16
 7. Alfabetização e Letramento. 19
 8. Gestão Escolar. 24
 9. Instâncias colegiadas. 24
 10. Relação professor aluno. 36
 11. A Educação Infantil no Brasil. 44
 12. Emenda Constitucional 53/2006 – FUNDEB. 85
 13. Plano Nacional de Educação. 85
 14. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 85
 15. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 85
 16. Estatuto da Criança e do Adolescente. 85
-

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (VERBAIS E NÃO VERBAIS), PONTUAÇÃO, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.

TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento.

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira.

Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao

confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase *“O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam”*, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa *“ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica”*.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Ar-

gumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “apelações”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “tomada de posição”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e a *conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)

Fulano é homem (premissa menor = particular)

Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)

O calor dilata o bronze (particular)

O calor dilata o cobre (particular)

O ferro, o bronze, o cobre são metais

Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexacta, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

A educação e as transformações na sociedade

Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais.

A perspectiva política e a natureza pública da educação são realçadas na Constituição Federal de 1988, não só pela expressa definição de seus objetivos, como também pela própria estruturação de todo o sistema educacional. Ela enuncia o direito à educação como um direito social no artigo 6º; especifica a competência legislativa, nos artigos 22, XXIV e 24, IX; dedica toda uma parte do título da Ordem Social para responsabilizar o Estado e a família, tratar do acesso e da qualidade, organizar o sistema educacional, vincular o financiamento e distribuir encargos e competências para os entes da federação.

No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. De acordo com Mézáros:

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades se nas quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente. (MÉSZÁROS, 1981, p. 260)

Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. Conforme Frigotto.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1999, p.26).

Segundo Álvaro Vieira Pinto (1989, p.29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. É dentro do contexto educacional, que se encontram diferentes sujeitos, que pertencem a diferentes contextos sociais, que trazem sua historicidade construída a partir de diferentes vivências, assim é possível e faz-se necessário buscar saídas para uma democratização do ensino.

As concepções paradigmáticas e a educação.

A educação é, por suas origens, seus objetivos e funções um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada.

De tal conceito, pode-se deduzir que, não obstante a educação é um processo constante na história de todas as sociedades, ela não é a mesma em todos os tempos e todos os lugares, e se acha vinculada ao projeto de homem e de sociedade que se quer ver emergir através do processo educativo. Dermeval Saviani afirma que:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade. (SAVIANI, 1991, p.55)

A educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa concepção determinada de mundo, a qual estabelece os fins a serem atingidos pelo ato educativo em consonância com as ideias dominantes numa dada sociedade. O fenômeno educativo não pode ser, pois, entendido de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas sim, como uma prática social, situada historicamente, numa realidade total, que envolve aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida total do homem concreto a que a educação diz respeito.

Então, nesse sentido, vivenciamos um tempo de crise paradigmática que, necessita, em nosso entender, ser estudada enquanto fenômeno cultural, embora relacionada com o modelo de produção do conhecimento, mas que deve ser analisada em suas dimensões históricas, políticas, econômicas e sociais.

Embora a quebra na confiança epistemológica do paradigma dominante seja produzida por uma pluralidade de fatores, o grande avanço que o conhecimento científico possibilitou é, paradoxalmente, um fator significativo nessa ruptura.

Toda construção da ciência moderna tem sido baseada na ideia de que ela é o único modelo de conhecimento, e toda e qualquer produção só faz sentido se esse modelo for o da racionalidade única, até por isso denominada científica.

Esta concepção, hoje em declínio, “não mais sustenta a necessidade de negar a possibilidade do novo e do diverso, em nome de uma lei universal e imutável”. (PLASTINO, 1994, p.33).

O conhecimento, nessa perspectiva do paradigma científico dominante, ganha em rigor, mas, sem dúvida, o modelo de racionalidade científica atravessa uma profunda crise. Entretanto, “os sinais nos permitem tão só especular acerca do paradigma que emergirá desse período revolucionário”. (SANTOS, 1996, p. 123)

Assim sendo, tanto a teoria quanto as práticas educacionais desenvolvem-se, predominantemente, segundo os paradigmas dominantes num dado momento histórico, o que leva a educação a funcionar essencialmente como elemento reprodutor das condições científicas, políticas, econômicas e culturais de determinada sociedade.

Tomando por referência o desenvolvimento e as rearticulações do capitalismo em períodos diversos, percebe-se que a educação tem sido utilizada no sentido de dar suporte ideológico a esse sistema, constituindo-se ao mesmo tempo num elemento produtivo, pela qualificação de recursos humanos para o capital, embora algumas vezes essas funções sejam percebidas e provoquem reações.

Conforme Capra:

O paradigma que está agora retrocedendo dominou a nossa cultura por várias centenas de anos, durante os quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o restante do mundo. Esse paradigma consiste em várias ideias e va-

lores entrincheirados, entre os quais a visão de universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão de corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, e a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido pelo intermédio do crescimento econômico e tecnológico. (CAPRA, 1996, p.25).

Essa crise parece prenunciar a chegada de um novo conhecimento, edificado através de outra concepção de ciência, expressão de uma racionalidade mais plural, de uma configuração cognitiva mais ampla, criativa e totalizante.

A ciência moderna, ao considerar apenas um único modelo cognitivo epistemológico como científico, isto é, digno de ser considerado confiável, realiza uma simplificação mutiladora do universo, afastando a possibilidade de consideração de outros conhecimentos sobre a realidade, tão ou mais úteis para o ser humano do que aqueles que ela enuncia.

As transformações técnico-científicas, econômicas e políticas.

As transformações técnico-científicas têm início a partir de inúmeros acontecimentos dentro da economia e da política. Fenômenos como a globalização mundial, ascensão dos meios de produção, a produção flexível, o desemprego causado pela mecanização do trabalho, e o grande crescimento tecnológico levam a escola a pensar na necessidade de qualificação do ser humano, cabendo à mesma formar um cidadão flexível e adaptativo como busca o mercado. Assim o ambiente escolar apresenta-se em dois sentidos principais, de um lado sendo setor de reprodução e de outro agente de transformação.

O uso das novas tecnologias cada vez mais intenso faz crescer a produção, diminui o trabalho humano provocando o aumento do desemprego, já que há uma substituição do trabalho humano pela ciência e pela técnica, o que tem afetado principalmente a agricultura e a indústria, intensificando o processo de marginalização pelo aviltamento dos salários e pelas precárias condições de trabalho e da vida urbana (o que tem produzido anormalidades no campo, como furtos, suicídio, abandono de família, violência e outros) além dos intermináveis conflitos entre latifundiários e os sem-terra.

A tendência mundial (nos países desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento) de crescimento no setor de serviços ou do aumento da geração de riqueza, em detrimento da agricultura e da indústria, que passam por um processo de enxugamento e retração e que apesar de haver um crescimento no setor de serviços os postos de trabalho reorganizados ou criados neste setor não superam o desemprego gerado pelos outros setores.

Além das revoluções científicas e tecnológicas, destaca-se também a revolução informacional. Esta tem por base o avanço das telecomunicações, das mídias e das novas tecnologias da informação, destacando-se a internet. Uma característica importante desta revolução é o papel central da informação na sociedade. As transformações ocorridas na sociedade atual mediante a destruição das fronteiras nacionais e a procura pela liberdade de trânsito para as pessoas, mercadorias e capitais em uma espécie de mercado universal, tornaram possível a globalização, uma tendência internacional do capitalismo, que, como projeto neoliberal impõe aos países periféricos a economia do mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. Segundo Oliveira:

O efeito mais perverso destas transformações tem sido o desemprego e a exclusão social, já que os benefícios provenientes dessas transformações são usufruídos por apenas uma pequena parte da sociedade. Ao lado dos avanços científicos e tecnológicos com o aumento dos bens de consumo, do bem-estar, da difusão social, há fome, desemprego, doença, falta de moradia, analfabetismo das letras e das tecnologias. (OLIVEIRA, 2003, p. 115)

Apesar de o termo globalização sugerir inclusão, com o desenvolvimento capitalista a lógica é a de exclusão, pois esse capitalismo se caracteriza pela ideologia do mercado livre, e dessa maneira o homem tende cada vez mais a se extinguir dando condenação também ao trabalho manual e assalariado.

Esse homem “global” terá por obrigação estudar durante toda a vida para se manter atualizado e membro da sociedade do conhecimento.

Aprendendo a aprender “Educação básica significa tradicionalmente, por exemplo, a capacidade de efetuar multiplicações ou algum conhecimento da história dos EUA. Mas a sociedade do conhecimento necessita também do conhecimento de processos, algo que as escolas raramente tentaram ensinar. Na sociedade do conhecimento, as pessoas precisam aprender como aprender. Na verdade, na sociedade do conhecimento as matérias podem ser menos importantes que a capacidade dos estudantes para continuar aprendendo e que a sua motivação para fazê-lo. A sociedade pós-capitalista exige aprendizado vitalício. Para isso, precisamos de disciplina. Mas o aprendizado vitalício exige também que ele seja atraente, que traga em si uma satisfação.” (DRUCKER, 1995, p.156)

Sendo assim, a Educação representa a consolidação de canais que sirvam como instrumentos de participação, de inserção da família nos espaços escolares, de compartilhamento e acesso as informações e de valoração das realidades locais, as quais têm sua significativa relevância, inclusive para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

“Globalização” e trabalho docente, no enredo das tecnologias seja a globalização, objeto dos estudos de Torres (1998, p.28), caracterizada como construção ideológica, seja, como quer alguns, posta como conceito explicativo de uma nova ordem mundial, um aspecto desta realidade não pode ser ignorado a educação como um todo e o trabalho docente, em especial, estão sendo reconfigurados.

Nesta perspectiva, a escola deve romper com a sua forma histórica presente para fazer frente a novos desafios. A pretensão, neste trabalho, é analisar as determinações (concretas e pressupostas) e os sentidos (hegemônicos e em disputa por hegemonia) dessa reconfiguração, tomando por base os discursos que introduzem e justificam as atuais políticas de formação de professores.

No movimento de reconfiguração de trabalho e formação docente, outro aspecto parece constituir objeto de consenso a possibilidade da presença das chamadas “novas tecnologias” ou, mais precisamente, das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Essa presença tem sido cada vez mais constante no discurso pedagógico, compreendido tanto como o conjunto das práticas de linguagem desenvolvidas nas situações concretas de ensino quanto as que visam a atingir um nível de explicação para essas mesmas situações.

Segundo Mattelart (2002, p. 9), a segunda metade do século XX foi marcada pela “formação de crenças no poder miraculoso das tecnologias informacionais”. Mesmo que, em princípio, pareça ingênuo, este último movimento está inscrito em um modo de objetivação das TIC inextricavelmente ligado à concepção de “sociedade da informação”.

Dessa forma, as TIC têm sido apontadas como elemento definidor dos atuais discursos do ensino e sobre o ensino, ainda que prevaleçam nos últimos. Atualmente, nos mais diferentes espaços, os mais diversos textos sobre educação têm, em comum, algum tipo de referência à presença das TIC no ensino. Entretanto, a essa presença têm sido atribuídos sentidos tão diversos que desautorizam leituras singulares. Assim, se aparentemente não há dúvidas acerca de um lugar central atribuído às TIC, também não há consenso quanto à sua delimitação.

Estudos demonstram que a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), como ferramenta, traz uma enorme contribuição para a prática escolar em qualquer nível de ensino. Essa utilização apresenta múltiplas possibilidades que poderão ser realizadas segundo uma determinada concepção de educação que perpassa qualquer atividade escolar.

As transformações nas formas de comunicação e de intercâmbio de conhecimentos, desencadeadas pelo uso generalizado das tecnologias digitais nos distintos âmbitos da sociedade contemporânea, demandam uma reformulação das relações de ensino e aprendizagem, tanto no que diz respeito ao que é feito nas escolas, quanto a como é feito. Precisamos então começar a pensar no que realmente pode ser feito a partir da utilização dessas novas tecnologias, particularmente da Internet, no processo educativo. Para isso, é necessário compreender quais são suas especificidades técnicas e seu potencial pedagógico.

INTER-RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

É bem evidente que, atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola torna-se algo de pertinente relevância, pois a escola reflete várias dimensões a cerca do que ocorre fora de seus muros, dessa forma não há como não haver uma relação entre as instituições educacionais e a comunidade onde as mesmas estão inseridas. Diferentemente do passado, onde a escola se fazia autônoma no que diz respeito aos processos educacionais, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos que formam um meio social específico.

Percebe-se que os fatores ligados aos acontecimentos da comunidade extra-escolar exercem influência direta no cotidiano da escola, principalmente as ocorrências que estão vinculadas às questões da sociedade contemporânea, como o avanço tecnológico, a violência cada vez mais frequente e o *bullying*, que podemos considerar como alguns dos fatores com maior número de ocorrências.

A partir do momento em que a escola, sobretudo a gestão adquirem a consciência a cerca desses fatos, percebe-se uma urgente relação de reciprocidade entre a comunidade e a escola, pois dessa maneira a busca de soluções para possíveis problemas será mais fácil tendo em vista que haverá uma parceria entre ambos e assim poderão ser calcados passos mais largos rumo a um melhor ensino que não fique designado somente às instituições escolares, mas onde a sociedade poderá contribuir de forma positiva, colocando-se à disposição da educação e procurando garantir juntamente com a escola a construção da cidadania através dos processos educacionais.

É importante que a comunidade tenha a noção da importância de seu papel na educação. É preciso deixar de lado as velhas convicções de que os processos educativos são dever somente da escola e que esta deve desempenhá-los sozinha e sem uma participação mais ampla.

A escola não deve ser concebida como a detentora de toda autonomia no que diz respeito à educação e nem deve colocar-se como tal, pois do contrário os desafios encontrados no decorrer do ensino se darão numa escala muito maior do que quando a escola trabalha juntamente com a comunidade levando em consideração suas peculiaridades e as contribuições que esse trabalho em conjunto poderá trazer para a educação e conseqüentemente para o meio social, afinal por mais que a escola atue sem a participação da comunidade, todo o trabalho realizado se refletirá futuramente na mesma e na própria sociedade como um todo.

Protagonismo da comunidade na escola

A comunidade deve inserir-se no ambiente escolar de forma a propiciar o melhor andamento da educação. Esse envolvimento se dá de várias formas, afinal a escola desempenha diversas funções

no âmbito educacional, logo a comunidade tem muitas oportunidades de exercer um papel atuante e transformador, principalmente para a melhoria do ensino aprendizagem.

O protagonismo da comunidade na escola pode dá-se, primeiramente quando a mesma percebe que pode influenciar de maneira positiva nas mais variadas dimensões da educação. É interessante que a gestão busque maior proximidade com o meio comunitário, procurando sempre envolvê-lo mais efetivamente nas ações escolares, tanto pedagógicas, como administrativas. Dessa forma começa a se dá a democratização do ambiente escolar, uma das características da gestão democrática.

Se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante (PARO, 200, p. 15).

Percebe-se a relevância que tem a comunidade na escola até mesmo quando se fala em gestão democrática, pois sem a participação dela na escola, o conceito de democratização da gestão fica comprometido. Logo deve-se constantemente buscar envolver ao máximo espaço escolar e espaço comunitário, tornando-os os principais atores no desenvolvimento da educação para que esta se efetive de forma positiva desempenhando seu papel satisfatoriamente.

A atuação protagônica da comunidade se dá ainda na participação no Conselho Escolar como está descrito no Art. 14, inciso II da LDB: “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (idem, p. 54).

Outros meios mais práticos de fazer com que a comunidade interaja no ambiente escolar, além de sua atuação nos conselhos, seriam, por exemplo, o apoio e participação nos projetos desenvolvidos pela escola, buscar saber quais as possíveis necessidades que a escola possa vir a ter e tentar supri-las (tais necessidades podem estar relacionadas à estrutura física, à carência de materiais, entre outras), ajuda nos eventos da instituição escolar, hortas comunitárias, ações voltadas ao meio ambiente etc.

Podemos perceber, portanto, que a comunidade local possui uma gama de meios para se inserir na escola de forma a contribuir com a educação, tanto colaborando com a gestão, atuando nos conselhos e desempenhando outros papéis que poderão surgir no decorrer das atividades propostas sejam elas pedagógicas ou de qualquer outro caráter.

A participação da família

Não há como falar da atuação da comunidade extra-escolar nas questões ligadas à educação sem citar a importância da participação da família. De acordo com Nelson Dacio Tomazi (2010, p. 20), “O ponto de partida é a família (...) É o espaço onde aprendemos a obedecer a regras de convivência, a lidar com a diferença e a diversidade”. A partir de tal concepção percebemos que é na família que começam as primeiras formas de educação, logo quando o aluno adentra ao ambiente escolar ele já traz em si uma bagagem adquirida na convivência familiar, portanto a escola precisa da participação dos familiares no decorrer do desenvolvimento de suas atividades, pois o trabalho em conjunto da família com escola demonstra ser uma das estratégias mais eficazes para o bom andamento das atividades escolares, sem falar que, a partir do momento em que os familiares participam de forma ativa na escola, fica mais fácil envolver toda a comunidade, afinal a família é a célula vital de uma sociedade. A família pode ser concebida, ainda, como uma ponte que liga escola e comunidade.

A escola não pode ser uma realidade distante da família e não deve ser vista pelos familiares simplesmente como algo obrigatório e exigido por um sistema, mas sim deve ser concebida como um

alicerce fundamental para a construção de uma sociedade digna, pois, atualmente a família tem sido uma grande pedra de tropeço quando vai de contra-mão à educação, afinal lidar com questões familiares no ambiente escolar é algo delicado e torna-se ainda mais difícil quando a família torna-se alheia à escola.

É importante ressaltar que a participação da família contribui para a educação, também, na ótica das mudanças ocorridas na sociedade e que vem transformando gradativamente o modelo de família que conhecemos.

A família, que é uma construção social e sofre influência dos valores e padrões de sua época, atualmente passa também por grandes transformações, que vão desde os novos arranjos familiares, delineando famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas por novas uniões e coabitações dos filhos, frutos das diversas uniões, até mudanças nos papéis familiares. Essas mudanças são formas contemporâneas de exercício da maternidade e da paternidade, cujos papéis já não são rigidamente preestabelecidos como cuidadores e provedores, respectivamente. Ambos, pai e mãe, podem ocupar funções diversas (FERREIRA, 2012, p. 17).

A escola deve estar a par de tantas mudanças na família e só conseguirá fazê-lo se houver um contato mais próximo com o ambiente familiar e conseguir atrair os familiares até o meio escolar. Essas várias transformações podem, por consequência, interferir negativamente nas práticas educacionais, por isso a escola precisa obter um amplo conhecimento a respeito da realidade das famílias que compõem a comunidade local.

Nas palavras de Augusto Cury (2008, p. 21) “Antigamente uma família estruturada era uma garantia de que os filhos desenvolveriam uma personalidade saudável”. Nota-se que hoje em dia essa concepção mudou, pois mesmo num ambiente familiar saudável algumas pessoas podem desenvolver problemas variados e vice-versa. Por isso, a escola deve buscar inteirar-se a cerca do que ocorre no ambiente familiar do público que atende, pois dessa forma muitos problemas poderão ser resolvidos e evitados.

A participação dos familiares na escola pode acontecer de diferentes maneiras. Talvez uma das mais importantes formas de atuação da família no espaço escolar seja através do acompanhamento escolar, pois é bem melhor trabalhar numa escola onde os pais estão preocupados com o rendimento educacional de seus filhos (é importante ressaltar que esta preocupação deve ser voltada não somente ao êxito nas notas, mas sobretudo, no comportamento do educando, na metodologia utilizada pelos professores, pela atuação da gestão, dentre outros fatores). O voluntariado também pode ser uma alternativa para a família se inserir no espaço escolar, assim como, também buscar inteirar-se sobre o cotidiano da escola, visando sempre o acompanhamento e colaboração com a educação.

Ressalta-se que a família possui grande importância no que diz respeito à participação na escola, bem como tem influência sobre vários aspectos da educação e desempenha um importante papel no tocante à relação da comunidade com a escola.¹

A relação escola, comunidade e família

Sendo a escola uma instituição organizada e integrada na comunidade, ela deve desempenhar uma função pró-ativa de súbita importância na formação, transformação e desenvolvimento do capital social.

Pensar a escola de hoje é refletir a sociedade nas vertentes social, econômico e pessoal.

A relação escola, família e comunidade carece de melhoria, pois constata-se quase que um divórcio entre elas. As escolas, muitas vezes, não fomentam nem facilitam o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não

promovem a procura de soluções inovadoras, nem proporcionam uma participação efetiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar.

Escola é a principal instituição para a transmissão e aquisição de conhecimentos, valores e habilidades, por isso deve ser tida como o bem mais importante de qualquer sociedade.

Escola – instituição social que tem o encargo de educar, segundo planos sistemáticos, os indivíduos nas diferentes idades da sua formação, casa ou estabelecimento onde se ministra o ensino.

Escola é uma instituição educativa fundamental onde são organizadas, sistematicamente, atividades práticas de caráter pedagógico.

Para Gary Marx, (in Azevedo, 1994,p.147) a escola é verdadeiramente uma instituição de último recurso, após a família, comunidade e a igreja terem fracassado.

Comunidade é um conjunto de pessoas que vive num determinado lugar e ligado por um ideal e objetivos comuns.

Participação – de acordo com a etimologia da palavra, participação origina-se do latim “participatio” (pars + in + actio) que significa ter parte na ação. Para ter parte na ação é necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir. “

Executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre ela”

A participação é «um modo de vida» que permite resolver favoravelmente a tensão sempre existente entre o individual e o coletivo, a pessoa e o grupo, na organização.

A participação deve ser vista como um processo permanente de estabelecer um equilíbrio dinâmico entre: a autoridade delegada do poder central ou local na escola; as competências profissionais dos professores (enquanto especialistas do ensino) e de outros trabalhadores não docentes; os direitos dos alunos enquanto «autores» do seu próprio crescimento; e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.

Considerando que toda criança faz parte de uma família e que toda família, além de possuir características próprias, está inserida em uma comunidade, hoje, ambas, família e comunidade, estão incumbidas, juntamente com a escola, da formação de um mesmo cidadão, portanto são peças fundamentais no processo educativo e, porque não, na elaboração do projeto pedagógico da escola e na gestão da mesma.

Quando a escola recebe os educandos, de onde eles vêm? Quem os encaminha? Eles vêm de uma sociedade, de uma família, e os pais e responsáveis realizam seu encaminhamento.

Não são os educandos seres vivos em um núcleo familiar e social, onde recebem orientação moral, vivenciam experiências e reforçam seus conhecimentos? Tudo isso é educação. Para estabelecer uma educação moral, crítica e comprometida com o meio social, é primordial a integração entre escola, família e sociedade. Pois, o ser humano é um ser social por excelência. Podemos pensar na responsabilidade da escola na vida de uma pessoa. E ainda, partindo desse princípio, é um equívoco desvincular a família no processo da educação escolar. A escola vem reforçar os valores recebidos em casa, além de transmitir conhecimentos. Age também na formação humana, salientando a autonomia, o equilíbrio e a liberdade - que está condicionada a limites e respeito mútuo. Por que não, a escola trabalhar com a família e a sociedade em prol de um bem comum?

A parceria entre família, sociedade e escola só tem a contribuir para o desenvolvimento do educando. Assim, a escola passa a ser um espaço que se relaciona com a vida e não uma ilha, que se isola da sociedade. Com a participação da família no meio escolar, cria-se espaços de escuta, voz e acesso às informações que dizem respeito a seus filhos, responsáveis tanto pela materialidade da escola, bem

¹ Fonte: monografias.brasilescola.uol.com.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O projeto político-pedagógico, também chamado de PPP, é um documento que definirá diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino consiga atingir os objetivos a que se propõe. O PPP visa melhorar a capacidade de ensino da escola como uma entidade inserida em uma sociedade democrática e de interações políticas.

O documento traz, em detalhes, todos os objetivos, diretrizes e ações que devem ser valorizados durante o processo educativo, fim último da escola. Nesse sentido, o PPP precisa expressar claramente a síntese das exigências sociais e legais da instituição e os indicadores e expectativas de toda a comunidade escolar.

Em outras palavras, a cultura da escola precisa estar demonstrada nesse documento, no qual devem constar, com clareza, os valores da instituição, sua situação presente e caminhos para melhorar os pontos negativos. O PPP funciona como um guia para as ações a serem desenvolvidas na escola.

Esse documento tem elaboração anual obrigatória pela legislação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). Essa obrigatoriedade tem como pano de fundo a possibilidade de que todos os membros envolvidos na comunidade escolar tenham acesso ao projeto, podendo dele participar e nele interferir sempre que necessário, a fim de que seja fruto de uma construção democrática.

Apesar de obrigatório, o projeto político-pedagógico costuma ser ignorado por muitos gestores, que não compreendem o seu alcance e, por isso, não dedicam a ele a devida importância. As consequências para quem incorre nessa prática são terríveis: o documento é escrito às pressas, apenas para o cumprimento da legislação, e serve de enfeite na estante do diretor.

Esse é um grande equívoco que tem como preço a diminuição ou a estagnação da educação oferecida por aquela escola. Não é necessário grande esforço para perceber do que se trata e de como é importante se dedicar com afinco à elaboração do projeto político-pedagógico. Basta se ater às três palavras que formam o conceito:

Projeto

Refere-se a um documento escrito que registra, de maneira formal, objetivos, estratégias e métodos para a realização de determinadas ações. Dessa forma, escolas, creches, prefeituras e secretarias de educação devem estabelecer essas metas e propor meios de transformá-las em realidade, com o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Político

Esse termo é fundamental, porque traz a função social da escola e a insere em um processo democrático e de interações sociais. Notadamente, a escola também é uma instituição política, e seu ensino precisa ter essa característica como norte para formar cidadãos preocupados e responsáveis em relação ao mundo em que vivem.

Pedagógico

O termo “pedagógico” também serve para que a escola nunca se esqueça de que todos os seus objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino e aprendizagem, que decorre justamente do contato constante e cotidiano com os alunos da instituição.

Integração e democracia no processo de elaboração

Cabe à escola construir sua proposta pedagógica, de modo a atender aos membros da comunidade em que se localiza. Para atingir os resultados esperados e necessários, o projeto político-pedagógico precisa ser elaborado de forma democrática e colaborativa.

Isso significa permitir e estimular a presença e a participação da comunidade, dos alunos, das famílias e de demais agentes nos debates relacionados à fixação das metas e objetivos. Essa própria integração entre diversos setores sociais no processo de produção e consolidação do PPP já é, por si só, um exercício de democracia que só tem a engrandecer o trabalho final e aprimorar os resultados das estratégias adotadas.

Com essa discussão participativa e aberta, a equipe de gestão escolar, prefeituras e secretarias de educação tendem a cobrar mais de si mesmas, a fim de atingir os objetivos. Sendo assim, permitem-se também abrir espaço para as críticas construtivas da sociedade, o que faz com que os resultados sejam alcançados.

Como se constitui o PPP

Se elaborado da maneira adequada, o PPP adquire um caráter de guia, que indica o norte das ações de professores, alunos, colaboradores, família e de toda a comunidade escolar. É importante que ele seja preciso o suficiente para não deixar dúvidas aos agentes da educação sobre como implementar as mudanças necessárias.

Um projeto político-pedagógico precisa contemplar os seguintes itens:

- Identificação da escola

A identificação é o primeiro elemento a compor o projeto. Sugere-se que, nessa parte inicial, constem o nome e o CNPJ da instituição, bem como o local em que ela funciona. Também é indicado inserir o nome da entidade mantenedora, do diretor e do coordenador pedagógico.

É possível, ainda, colocar o nome dos membros participantes da equipe de elaboração do PPP.

- Missão

Na sequência, é descrita a missão da escola: os valores, as crenças e os princípios sobre os quais se processa a educação naquele ambiente. É interessante, nesse item, iniciar contando a história da instituição, desde o seu surgimento, que alterações sofreu ao longo do tempo etc. Isso é importante porque demonstra a gênese desse princípios e valores citados no parágrafo anterior.

Como eles tendem, ao longo do tempo, a se consolidar, essa é uma parte do PPP que não precisa ser ajustada todos os anos — a não ser que mudanças significativas venham a ocorrer na escola.

- Contexto

O contexto em que a escola está situada e a comunidade que é atendida por ela são pontos fundamentais para a definição de metas e objetivos no projeto político-pedagógico. A missão pouco significará se não estiver condizente com a realidade da instituição e das famílias que ela atende.

Por isso, faz-se necessário, para orientar as ações que serão desenvolvidas, conhecer o panorama da comunidade. Isso pode ser feito de várias formas. A equipe de elaboração do PPP pode, por exemplo, fazer um levantamento de dados utilizando os documentos da matrícula dos alunos ou, então, elaborar uma pesquisa, a fim de obter informações mais específicas, como a situação socioeconômica das famílias.

Aqui, também deve ser descrita a participação das famílias no processo de ensino e aprendizagem: o que se espera delas e quais compromissos e parcerias elas podem assumir com a escola.

- Dados sobre o aprendizado

Muito interessa a pais e responsáveis saber a média de aprovação de determinada série, por exemplo. Esse tipo de informação, em conjunto com outros dados internos da instituição, também deve constar no PPP.

O número de alunos que a escola tem (total e por segmento), taxas de reprovação, médias de notas e avaliações: todos esses indicativos, aliados a dados mais amplos (regionais, municipais etc.), colaboram para fortalecer a imagem e a transparência da gestão escolar.

- Recursos

Quando se fala em recursos, o primeiro pensamento que vem à mente é relacionado à gestão financeira, certo? Mas ela é apenas uma parte desse item, que inclui, ainda, recursos humanos, físicos e tecnológicos.

É fundamental que seja feita uma descrição minuciosa da estrutura física, dos colaboradores e dos recursos tecnológicos de que a escola dispõe. Só assim será possível partir da realidade, com suas faltas e seus problemas, em busca de soluções possíveis.

- Diretrizes pedagógicas

As diretrizes de um projeto assemelham-se ao percurso de um caminho. Por onde seguir, e como seguir, são as perguntas a serem feitas na hora de elaborar esse item do PPP. Os conteúdos ministrados e o método de ensino que a escola adota devem ser descritos.

Lembre-se de que existe uma base curricular nacional, mas cada instituição tem liberdade para construir sua grade de disciplinas de acordo com a cultura local. Imprescindível se faz a colaboração dos professores, visto que o conhecimento específico de cada área pode ajudar a definir as diretrizes de toda a escola.

- Planos de ação

O PPP não é composto apenas por ideias e propostas. Para que ele de fato funcione, deve conter planos de ação, isto é, as estratégias que serão implantadas para atingir os objetivos. Devem ser elencadas as ações a serem desenvolvidas, os setores responsáveis pela execução das tarefas e os recursos necessários para isso.

O que a escola ganha ao investir no documento.

Ao tornar esse guia formal e claro sobre como a escola precisa se posicionar na sociedade, o plano político-pedagógico pode ser consultado por profissionais, alunos, pais, prefeitura e secretarias de educação. Isso deve ser feito periodicamente, a cada tomada de decisão importante e estratégica para o rumo do aprendizado nas instituições de ensino.

Por consequência, esse processo de gestão se torna muito mais simplificado, ágil e fácil. Assim, escolas, diretores, gestores e outros profissionais responsáveis tomam suas atitudes da maneira mais adequada e coerente com o pensamento vigente na instituição.

Não é fácil engajar toda a comunidade e contar com a participação de todos os agentes sociais envolvidos no processo, mas, quanto mais pessoas participarem dos debates relativos à elaboração do PPP e se envolverem com a questão, melhor será para os resultados pretendidos e para a comunidade escolar como um todo.

Dessa forma, a instituição adquire mais identidade, rumo, força e coesão para desenvolver seu trabalho pedagógico da melhor forma possível. Em uma primeira discussão, poucos podem aparecer, mas a tendência é que esses indivíduos se tornem transformadores e multiplicadores, atraindo mais pessoas para as conversas, que serão, de fato, as responsáveis pelos ajustes ao projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, pela sua evolução.

Erros comuns que escolas cometem ao elaborar o projeto

Como vimos no primeiro tópico, o PPP é um documento fundamental e deve estar presente e disponível para toda a comunidade educativa. Porém, elaborá-lo da forma adequada, com a participação de todos os segmentos, é um desafio.

Alguns descuidos podem ser evitados, a fim de fazer com que ele seja muito mais efetivo para a instituição de ensino. Selecionamos alguns erros que sua escola pode e deve prevenir ao elaborar o projeto político-pedagógico. Confira:

Projeto político-pedagógico feito por terceiros

Como muitas escolas ainda não dão a devida atenção à elaboração do PPP, ou pior, o negligenciam, reduzindo o documento à mera obrigação formal, acabam por encomendar e comprar PPPs prontos.

E esses documentos “terceirizados” são elaborados por consultores ou especialistas de fora, o que não faz sentido algum, já que eles não estão inseridos na realidade da instituição. A comunidade precisa participar do processo para que ele seja realmente eficaz.

“Reciclar” todos os anos o mesmo PPP

É verdade que ações que deram certo merecem ser replicadas no futuro. No entanto, não é o que muitas escolas fazem com seus PPPs. É comum — e altamente não recomendável — que algumas instituições mantenham o mesmo projeto por anos, sem se atentarem às mudanças econômicas, tecnológicas e até socioculturais da comunidade.

Os gestores que são coniventes com essa prática fazem apenas pequenas modificações para enviar o documento anualmente à secretaria municipal de educação. Quem paga por isso são os alunos e toda a comunidade.

Dificultar e burocratizar o acesso ao projeto político-pedagógico

Infelizmente, é comum, também, que as escolas, mesmo tendo o cuidado de elaborar seu PPP, o deixem guardado em arquivos físicos ou em pastas de computador. A transparência é fundamental. E esse documento precisa estar facilmente disponível a todas as pessoas, de dentro ou fora da escola.

Uma sugestão é imprimir o projeto e deixá-lo em um lugar acessível ou, ainda, enviá-lo por e-mail a pais, professores e funcionários.

Não levar em conta conflitos de ideias em debates

Durante as reuniões pedagógicas ou, também, nas discussões que eventualmente surgirem na elaboração do PPP, podem emergir ideias contrastantes que provoquem conflitos. Não archive um debate mal resolvido — incentive a chegada a um consenso de forma democrática.

Desse modo, cada sujeito participante desenvolverá um sentimento de pertencimento àquela comunidade, e saberá que sua participação foi relevante.

Confundir os tipos de documentos

Podem parecer um erro bobo, mas ainda existem muitas escolas que confundem — ou trocam deliberadamente — o projeto político-pedagógico por portfólios ou outros documentos institucionais de marketing. Esses documentos devem estar presentes, mas não podem compreender todo o PPP, muito menos substituí-lo.

É bom lembrar que o projeto político-pedagógico não é um documento estanque. Ao contrário, ele deve ser marcado pela flexibilidade e sua elaboração precisa ser periódica para que objetivos e metas sejam reavaliados de tempos em tempos e os resultados sirvam, dessa forma, para a melhoria da atuação da escola.¹

¹Fonte: www.proesc.com/www.periodicos.furg.br

O papel do professor no PPP

É imprescindível destacar que o projeto político pedagógico, seja qual for a instituição, deve ser construído coletivamente. Nesse sentido, Veiga (1996, p.38) destaca em sua análise:

Ao ser discutido, elaborado e assumido, coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores e integrantes do meio escolar envolvidos.

Essa construção em conjunto envolve professores, pais, alunos, direção da escola, ou seja, todos integrantes da comunidade escolar. “A escola, quando constrói em coletivo seu projeto, visa buscar o autoconhecimento e conhecimento das realidades que interatuam em seu contexto” Veiga (1996, p.89).

É importante que os professores de todas as áreas estejam cientes que suas participações e contribuições para a construção da proposta do PPP (Projeto Político Pedagógico) são essenciais. Os mesmos são fundamentais para destacarem aspectos negativos que podem ser melhorados em cada disciplina e na escola; além de enfatizar os aspectos positivos, a fim de mantê-los presentes na escola.

O planejamento participativo é um instrumento pedagógico de mudança, pois através dele há reflexão em torno dos elementos que permeiam o meio escolar, como se manifestam esses elementos, quais problemáticas estão inseridas naquela realidade, como fazer para que a escola atinja seus objetivos de modo a beneficiar seus integrantes, e ainda, como constituir uma identidade própria à instituição. Esse é um processo democrático, onde os sujeitos participantes combinam suas experiências com reflexão.

Um ator fundamental na construção do projeto da escola é o diretor, o qual poderá possibilitar que a comunidade tenha o acesso e o espaço para poder dar sua contribuição. Este deve facilitar o acesso dos segmentos escolares a estarem inseridos nas discussões para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido na escola (VEIGA, 1996). Isso implica propiciar maneiras de incluí-los na preparação do projeto político pedagógico. Segundo Reis (2001, p. 02):

Se a escola é fruto da sociedade, é consequência dos saberes construídos socialmente, culturalmente, subjetivamente pelas pessoas que estão fora e dentro da escola, como podemos pensar em mudanças a partir daqueles que não estão diretamente ligados a esta realidade? Alunos, professores, comunidades, não podem figurar apenas nos papéis e nas propostas, devem fazer parte do sistema de reformulação do pensar a educação e a escola.

Não basta somente a escola ter um projeto escrito e este não pode somente obedecer a algum modelo padrão estabelecido por algum órgão que não conheça totalmente a realidade escolar. Os integrantes do meio escolar conhecem as características peculiares do local onde o projeto vai ser elaborado, portanto, eles têm uma noção básica de quais propostas são adequadas para o local, quais medidas podem ser tomadas e a partir de quais pressupostos os planejamentos em busca de mudanças significativas poderão ser feitos. “O projeto pedagógico da escola, ainda que normatizado pelos sistemas educacionais com base na própria LDB, pode suscitar transgressões inovadoras” (MONFREDINI 2002, p.9).

PLANEJAMENTO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A história da avaliação é longa e tem uma trajetória de mais de 100 anos de muitos estudos, mudanças e transformações, tudo para que haja uma melhor maneira de avaliar sem que os avaliados sejam prejudicados.

O primeiro passo da avaliação segundo Ristow (2008) se dá na década de 1920 e na década de 1930, e foi considerado, como um período de mensuração. Neste primeiro momento a avaliação baseava-se na quantidade e não na qualidade, era feita de forma a verificar apenas pontos de erros e acertos. Isso durou 10 anos, pois trouxe muitas dúvidas e inquietações de como realmente estava havendo a aprendizagem ou esse método era apenas uma “decoreba” do conteúdo dado, que depois da avaliação era esquecido.

Então surge o segundo passo da avaliação, sendo que recorrendo a Ristow (2008), vai da década de 1940 a 1950, e é voltada para a verificação de objetivos e para isso acontecer era necessário uma investigação dos objetivos. Feito isso a avaliação poderia responder as dúvidas vistas anteriormente, para assim saber se existiram mudanças e crescimentos na aprendizagem, pois era descrito o que acontecia com o aluno. Neste período a avaliação foi vista como descritiva.

Houve, porém um grande problema, essa descrição não era totalmente suficiente para sanar as dúvidas e para saber se estava cumprindo o papel que era proposto. Existia quase tudo, o educando, a descrição e os objetivos, porém muitas vezes não havia explicações para várias respostas dadas pelos educandos e os professores não podiam julgar e talvez nem soubessem. Se o professor não soubesse julgar o método, com certeza o julgamento seria errado, e prejudicaria o aluno, pois como diz Werneck (2001, p. 68): “Chegou-se, no mundo à visão de que avaliar estava intimamente ligado ao ato de avaliar”.

Para os educadores o julgamento não poderia levar em conta os seus valores ou os da instituição que trabalhavam. Era necessário ter padrões e critérios definidos para julgar sem prejudicar o educando porque só assim haveria uma desmistificação da idéia de que quando se avalia o aluno, ele é prejudicado. Mas para que esse julgamento não fosse errôneo, houve a necessidade de alguns professores reavaliarem sua prática e mudar quando preciso. Ainda existem professores que consideram seu modo de avaliar, o melhor e que não falham jamais e é esse o tipo de profissional que fazem com que os professores adquiram “fama” de injustos, carrascos e incompetentes. Não basta apenas observar e descrever é necessário o julgamento, e para isso, o professor tem que ter uma visão mais humana e real dos alunos e da escola.

Neste momento, Ristow (2008), diz que a avaliação dá o terceiro passo, que vai da década de 1960 a década de 1980 e aqui eles trabalhavam o juízo do valor. Neste momento do juízo do valor, aparecem dois novos fatores que são: mérito e relevância. O mérito trata da qualificação, capacitação e merecimento a uma melhora em tudo que acontecia ao redor da avaliação. Já a relevância, que trata das modificações e transformações que acontece a partir do merecido.

Segundo Ristow (2008), ela afirma que na década de 1990 o quarto passo da avaliação, foi tido como o processo de negociação. Assim, para isso se materializar era necessário o diálogo, negociar com os pais, professores, mercado trabalhista e principalmente com os alunos, afinal eles que serão capacitados, pois dialogando com todos, é possível saber o que é necessário ensinar e o que é importante avaliar.

Esse momento oportunizou aos professores estarem sempre abertos a conversar, a saber a opinião dos alunos e poder mudar se fosse preciso. Percebeu-se que o professor não era o dono da verdade e sempre terá o que aprender com o aluno, por isso a negociação foi considerado um grande momento, o passo da qualidade na avaliação, pois não segue um método determinado.

Estamos no século XXI e ainda hoje, após tantas mudanças para melhorar a avaliação, tem professores que classificam seus alunos apenas por números. Infelizmente nem a lei conseguiu mostrar aos professores que a qualidade é importante, pois muitos têm medo da mudança e preferem só a quantidade e não deixam os alunos questionarem.

Pedro Demo deixa claro que é necessário:

Defender critérios transparentes e abertos nos processos avaliativos; a avaliação precisa ser conduzida de tal sorte que o avaliado possa se manifestar e reagir; são inaceitáveis avaliações sigilosas ou feitas pelos chefes exclusivamente, bem como são inaceitáveis meras auto-avaliações. (DEMO, 1997, p. 50)

É preciso que o professor deixe o aluno questionar, argumentar, reagir a algo que o educador argumentou, assim como é de extrema importância que o professor tenha clareza acerca do modo de avaliar. Mostre o que quer de fato, sem «pegadinhas» somente para deixar o educando confuso. Essas formas avaliativas devem ser elaboradas por professores e alunos para não haver surpresas na hora das avaliações.

A legislação atual representou um grande salto qualitativo para toda a comunidade escolar no que se refere ao processo de avaliação. Cabe a estes compreendê-la e desta forma usá-la a seu favor.

Vários educadores falam uma coisa, mas fazem outra, quer dizer a teoria e a prática não caminham juntas. Há escolas que dizem adotar uma abordagem qualitativa ao processo avaliativo, que não “somam” nem “medem” os alunos, porém isso só acontece no papel, para tentar atender as exigências da lei.

Vive-se no século XXI, e cabe ao educador ser crítico, criativo e saber que a avaliação é um meio de conseguir novas informações sobre a aprendizagem e desta forma avaliar melhor o educando.

Quando se avalia, o educador deve aproveitar os resultados obtidos e mostrar para os alunos como a avaliação pode ser importante e que pode trazer para todos novas possibilidades, e se bem trabalhada, novos conhecimentos.

O professor não deve buscar uma receita pronta, pois cada aluno tem seu tempo, seu desenvolvimento, então deve-se buscar sua forma de avaliar.

Hoffmann (1996, p. 186), diz algo muito significativo, ou seja, para ela “estudar avaliação não significa estudar teorias de medidas educacionais”. Com isso, pode-se dizer que não adianta só saber todas as teorias, tem que haver uma junção de teoria, prática, experiência, negociação etc.

Concepções de aprendizagem frente avaliação escolar

Existem várias concepções de aprendizagem e é de extrema importância conhecê-las, pois se deve deixar claro que o educador segue o que determinará os mecanismos de avaliação utilizados em sala de aula.

Vale lembrar que as concepções de aprendizagem dependem muito do momento histórico que se está vivendo. Desta forma cabe ao educador não apenas saber a teoria referente às concepções, mas utilizá-las na prática do dia-a-dia. Assim sendo, faz-se necessário falar das principais correntes de aprendizagem, porém brevemente, pois este não é o enfoque principal deste conteúdo.

- Concepção Inatista

Nesta concepção a pessoa tem dons e aptidões que se amadurecem com o passar do tempo (biológico). Segundo Chauí (1997) a criança trás em si todas suas potencialidades. É necessário apenas esperar, uma vez que as capacidades já estão no sujeito no ato do nascimento.

Cabe ao educador apenas ajudá-lo a despertar o que já existe dentro dele. Se o educando não consegue chegar ao conhecimento que o educador passa, é porque este ainda não teve o amadurecimento biológico ou não possui esta capacidade que é inata.

- Concepção Ambientalista.

A criança ou sujeito é visto como uma “folha em branco”. É a partir dos contatos com o ambiente que ele construirá o conhecimento que necessita. Assim sendo o educador transmite o que sabe e o aluno apenas recebe. O educando não constrói o conhecimento, apenas adquire.

Nesta concepção tudo é planejado segundo Parra (2002), não há criatividade apenas acontece o que já foi previsto.

- Concepção Piagetiana

Para Piaget o principal ponto de sua teoria está ligado ao fato que o sujeito e o meio se interagem mutuamente, mas os fatores biológicos têm preponderância. Para Piaget o desenvolvimento cognitivo do sujeito se dá através de estágios. Deixa claro que os sujeitos passam durante toda a vida por situações desequilibrantes. Para entrar na zona de conforto e superar algo que está o deixando em conflito é possível acionar dois mecanismos que são a assimilação e a acomodação.

- Concepção Vygotskyana

Para Vygotsky um dos pontos mais importantes são a linguagem e o pensamento. Rego (1986) aponta que quando a criança nasce ela modifica o ambiente e essas modificações vão refletir no comportamento dela no futuro, acontece também a aquisição psíquicas decorrente do meio, existe a base biológica, que é o poder que o cérebro tem de assumir funções atingidas, mas para isso tem que haver a influência do meio. Outro fator é a mediação com o meio através dos instrumentos e os signos e a última tese fala das funções psicológicas superiores, que depende da interação do sujeito e não só do desenvolvimento.

Outro ponto importante é a zona de desenvolvimento proximal, que é aquilo que a criança sabe fazer sozinha e a zona do desenvolvimento potencial que é o que ela ainda não faz sozinha, mas pode fazer com a ajuda de alguém.

Vygotsky leva em conta a história do indivíduo por basear-se no materialismo histórico e dialético.

- Concepção Walloniana

Para Wallon o ser humano passa por vários momentos em sua vida desde o afetivo até motores e intelectuais. E estes momentos Wallon classificou como estágios:

O primeiro foi impulsivo emocional, que esta relacionada ao primeiro ano de vida da criança onde a afetividade é fortíssima.

O segundo é o sensorio-motor que vai dos 2 a 3 anos, aqui destacam-se a fase motora e mental, além da criança conseguir manipular objetos, os pensamentos já estão mais fortes, a função simbólica e a linguagem também.

No terceiro estágio que é o personalismo dos 3 aos 6 anos, acontece a formação da personalidade.

O quarto estágio é o categorial dos 6 aos 11, a criança já consegue dividir, classificar em fim já tem mais autonomia pois já categoriza o mundo.

No quinto e último é o da adolescência começando nos 11 ou 12 anos, há a construção do eu, neste estágio há muitos conflitos morais e existenciais, e volta o campo afetivo.

Estes estágios bem trabalhados a criança alcançará a aprendizagem facilmente. Enfim, estes breves comentários sobre as concepções de aprendizagem têm um único propósito de esclarecer a forte relação entre a avaliação e as concepções de aprendizagem para assim melhorar o entendimento diante da escolha dos mecanismos de avaliação usados em sala de aula.

Mecanismos de avaliação

Existem muitos instrumentos para avaliar o aluno, e várias formas de todos se integrarem no processo de aprendizagem, basta o professor conseguir detectar a necessidade de cada um. Sendo assim é fundamental que o professor utilize todos os métodos necessários para o aluno alcançar o sucesso.

O educador deve tentar saber em que nível de conhecimento o estudante está, para assim dar a verdadeira oportunidade dele se aprofundar, uma vez que segundo Sarubbi:

A avaliação educativa é um processo complexo que começa com a formação de objetivos e requer a elaboração de meios para obter evidências de resultados para saber em que medida foram os objetivos alcançados e formulação de um juízo de valor. (SARUBBI: 1971, p. 34)

Sendo a avaliação um processo, cabe ao educador operacioná-la da melhor forma possível, mostrando ao aluno as funções da mesma e que ela serve para facilitar o diagnóstico, ajudar na aprendizagem, entre outras. Mostrar que a avaliação é um meio e não o fim do processo.

Vale lembrar que há várias formas de avaliar o educando, pois a mesma encontra-se no processo educativo, ou seja, faz parte do processo ensino-aprendizagem, onde todos os sujeitos estão envolvidos.

Recorrendo as autoras Gentile e Andrade (2001), há diversas formas de avaliar, pois não existe um método mais eficaz que o outro, cabe ao professor usar os que forem melhores para o bom andamento da aprendizagem do aluno. Desta forma Gentile e Andrade (2001), abordam nove formas avaliativas mais comuns nos ambientes escolares, que são:

- Prova objetiva: É o método mais antigo e com certeza o mais usado. O aluno responde a uma série de perguntas diretas, com apenas uma resposta possível. Pode ser respondida pela “decoraba” não mostrando o que de fato o aluno aprendeu.

- Prova dissertativa: Caracteriza-se por várias perguntas, que exige do aluno a capacidade de resumir, analisar e julgar. Tem como função ver se o aluno tem a capacidade de interpretar o problema central, abstrair acontecimentos, formular e redigir ideias. Não mede o domínio dos conhecimentos e não permite amostragem.

- Exposição Oral ou Seminário: Destaca-se pela exposição oral para os colegas, utilizando a fala e as matérias de apoio apropriado ao assunto. Tem como função transmitir verbalmente as informações colhidas de forma eficaz. O aluno adquire mais facilidade de se expor em público. Faz com que aprenda a ouvir e falar. Oportuniza ao aluno mais responsabilidade e organização, o tornando mais crítico e criativo. O professor deve ter o cuidado de conhecer cada aluno para não comparar a explicação de um tímido e um desinibido.

- Trabalhos em grupos: É muito usado atualmente por causa do tempo reduzido a cada professor em sala de aula. São feitas atividades diversas, desenvolve o espírito colaborativo e a socialização. Tem a vantagem de o aluno escolher como vai expor o trabalho para a classe e possibilita o trabalho organizado, porém o professor deve buscar informações para passar ao grupo e não deve substituir os momentos individuais.

- Debates: Muito interessantes, pois o aluno expõe sua opinião a respeito de temas polêmicos. Ensina o aluno a defender sua opinião com argumentos que convençam. Faz o educando aprender a escutar, pois tem um propósito, a saber, desenvolver a oralidade e a argumentação. O professor deve dar oportunidade para todos falar.

- Relatório individual: É observada a produção de texto feito pelo aluno e ajuda a ver se há uma ligação no que se ensinou e no que está escrito. Pode-se avaliar o verdadeiro nível de compreensão. Deve-se evitar o julgamento.

- Auto-Avaliação: O aluno faz uma análise oral ou escrita do seu próprio processo de aprendizagem. Levando a refletir sobre os pontos fortes e fracos. Através da auto avaliação o aluno aprende a enfrentar e superar suas limitações.

- Avaliação formativa ou Observação: O professor observa e anota o desempenho do aluno. Tem como função, obter informações acerca das capacidades afetivas e cognitivas etc... Descobrir como cada educando constrói o conhecimento seguindo passo a passo. O professor deve fazer as anotações sempre no momento do acontecimento e evitar generalizações.

- Conselho de classe: Reuniões organizadas por determinada equipe. Tem como objetivo compartilhar informações sobre a classe e aluno, para argumentar nas decisões. O ponto positivo é a integração entre os professores e a facilitação na compreensão dos fatos, com os vários pontos de vistas. O professor deve cuidar para não rotular os educandos. Fazer observações concretas não deixando a reunião se tornar uma confirmação de aprovação ou reprovação.

Todas essas formas de avaliar podem ser usadas no cotidiano escolar, segundo Demo (1997, p. 50), “nunca é suficiente apenas um método avaliativo”.

Por isso o professor tem que tentar ser e fazer o melhor. Deve insistir em uma educação capaz de mudar os pensamentos de que a avaliação não serve para nada, ao contrário, deve-se apenas encontrar a forma mais adequada para que o aluno mostre o que aprendeu, assim com certeza alcançará o sucesso.

É relevante lembrar Hoffmann apud Bochniak (1992, p. 74), quando afirma que “é através das pequenas iniciativas, dos pequenos passos, das pequenas descobertas que se chega à construção do conhecimento”.

Com isso fica claro a necessidade de fazer o melhor, por menor que seja, não importando se o que foi feito é para a satisfação pessoal ou coletiva. Se cada professor fizer a sua parte tudo pode mudar, mas é preciso não deixar de questionar o sistema atual de avaliação, pois é isto que faz os educadores se aperfeiçoar cada vez mais e conseqüentemente melhorar o seu fazer pedagógico.

Recuperação de nota ou de conhecimento

Quando o aluno for avaliado e o resultado não for satisfatório, deve-se reavaliá-lo, porém, antes de tomar essa decisão é necessário estar consciente de que essa avaliação é para recuperar o conhecimento e jamais a nota. Existe grande diferença entre essas duas ações.

Quando o educador avalia com data marcada, apenas para justificar aos pais e professores e provar que fez recuperação, este educador está preocupado não com o aluno e sim na recuperação da nota, ou seja, o professor avalia novamente apenas para satisfações externas e burocráticas. Ele está fugindo do seu verdadeiro papel de educador. Porém, se ele avalia para o crescimento do aluno e seu próprio crescimento de forma significativa, estará recuperando o conhecimento. Este não terá que dar satisfações a ninguém, pois o resultado aparecerá no aluno, no professor e no próprio cotidiano na sala de aula.